



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º. 1/2007

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de 2007, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vidigueira, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Período de antes da ordem do dia.
- Ordem do Dia:

Ponto 1 - Actividade Municipal.

Ponto 2 – Apreciação e votação da adesão à Declaração de Princípios do Movimento BAAL 21.

PRESENÇAS.

Estiveram presentes dezoito dos dezanove membros que compõem a Assembleia, conforme lista de presenças anexa a esta acta e que dela faz parte integrante. Estiveram igualmente presentes todos os membros do executivo.

FALTAS.

Faltou, justificadamente a Senhora Deputada Maria Filomena Oliveira Cruz.

CONSTITUIÇÃO DA MESA.

Estiveram presentes todos os membros da Mesa:

Presidente: José Mâncio Rosa Soeiro.

Secretários: António Manuel Bacalhau Galvão e Mariana Júlia Veredas Teles.

ABERTURA DA SESSÃO.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, pelas vinte e uma horas e dez minutos.

TOMADA DE POSSE.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Senhor Jorge Manuel Rato Piteira ali presente, iria substituir o Senhor Deputado Municipal José Manuel Alexandre Pinto (PS), em virtude de ter apresentado o pedido de suspensão de mandato, até ao final de Agosto de 2007.

Seguidamente, teve lugar a cerimónia de tomada de posse do novo Membro da Assembleia Municipal de Vidigueira, cujo documento se anexa a esta acta.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos Senhores Deputados Municipais o documento de pedido de suspensão de mandato, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José Manuel Alexandre Pinto, não havendo qualquer objecção, o mesmo foi aprovado, por unanimidade.

ORDEM DE TRABALHOS.

Não havendo qualquer objecção apresentada pelos Senhores Deputados Municipais à Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou-a à votação, sendo esta aprovada, por unanimidade.

EXPEDIENTE.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que as Moções aprovadas na última Assembleia Municipal tinham sido enviadas aos respectivos destinatários e que estes já tinham respondido. Em relação à Moção sobre “O Estado da Saúde no Concelho de Vidigueira”, informou que se aguardava pela resposta à solicitação de uma reunião, com os Responsáveis da Administração Regional de Saúde do Alentejo, sugestão apresentada pelo Senhor Director Geral de Saúde.

Referiu que tinha sido enviado aos Senhores Deputados Municipais, um requerimento apresentado pelo Senhor Deputado da Assembleia da República, José Soeiro, do Grupo Parlamentar do PCP, sobre o encerramento dos postos da GNR e esquadras da PSP, indo de encontro à situação vivida no posto da GNR de Pedrógão do Alentejo, apontada pelo Senhor Presidente da referida Junta.

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração dos Senhores Deputados Municipais, a acta número seis de vinte e um de Dezembro de dois mil e seis.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo nada a apontar, a mesma foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Senhores Deputados Municipais Pedro Ferreira e Jorge Piteira, que declaram abster-se pelo facto de não terem estado presentes.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, declarou aberto o período de antes da ordem do dia e, lembrou, que o período seria composto por uma hora.

Concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Sérgio Delgado que leu a seguinte Moção – abaixo assinado:

Moção.

Abaixo-assinado.

“Tendo em consideração o percurso histórico que os serviços de saúde prestados no concelho de Vidigueira têm sofrido, entendemos que, face à situação em que vivemos actualmente, é tempo de agir:

O facto de o actual centro de saúde estar transformado num simples posto médico;

O facto de metade da população do concelho estar sem médico de família;

O facto de não serem conhecidas soluções concretas para a resolução do problema;

A juntar, por fim, ao facto de todas e quaisquer indagações feitas pela Câmara Municipal, no sentido de serem conhecidos os planos para o futuro das instalações e dos serviços a prestar, terem tido respostas evasivas.

Leva-nos a viver num clima diário de incerteza que urge ser resolvido.

Assim os deputados da Assembleia Municipal de Vidigueira abaixo-assinados, exigem de quem de direito, a reposição do quadro de médicos e enfermeiros, por modo a que os serviços médicos prestados neste concelho possam ser feitos com a dignidade que os seus habitantes merecem.

Este documento depois de assinado e recolhido destina-se a ser enviado aos órgãos de soberania do país”.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Terminada a leitura da Moção, o Senhor Deputado apresentou à Assembleia Municipal, a proposta para que fosse criada, fora do âmbito desta, uma Pró-Comissão de Utentes do Concelho de Vidigueira, e que todos os grupos políticos, ali representados, apresentassem dois nomes para a sua composição, afirmando que não se opunha à criação de uma Comissão de Saúde a surgir daquela Assembleia.

Interveio o Senhor Deputado Municipal António Graça e referiu que, já são muitas as Autarquias de todos os quadrantes políticos, confrontadas com o encerramento dos Centro de Saúde e que Vidigueira poderá passar pela mesma situação. Referiu o número de habitantes do concelho de Vidigueira sem médico de família, classificando de “vergonhoso” como o governo, que se diz de esquerda e que afirma as “pessoas primeiro” tem tratado os portugueses, sobretudo nos concelhos mais pobres e carenciados. Concluiu que seria positivo, que todos ali presentes, independentemente das suas ideologias políticas, tomassem uma posição para salvaguardar esta questão elementar que é o direito a um médico de família.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou que o Senhor Deputado Municipal Sérgio Delgado, tinha lançado um desafio à Assembleia Municipal. Apelou ali à união de ideias, independentemente de cada filosofia política, de forma a garantir a criação de uma Comissão de Utentes para defender os interesses legítimos da população de Vidigueira, nomeadamente na área da saúde.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Ferreira que expressou a sua mais completa solidariedade pelo documento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Delgado. Disse ser uma problemática que afecta todos em geral, sobretudo num concelho com uma população envelhecida e com problemas de deslocação para outros pontos com urgências e com assistência médica permanente. Considerou ser mais profícuo a criação na Assembleia Municipal de uma Comissão de Saúde, para a qual se disponibilizava, tendo como função apresentar não só o protesto da população, mas também com o espaço privilegiado de discussão. Quanto à Comissão de Utentes disse que seria um órgão completamente autónomo, que se movimentaria fora do espaço que é por excelência também partidário e que ajudaria na pressão feita por uma Comissão de Saúde. Opinou que a questão do Centro de Saúde de Vidigueira, estava mal esclarecida; que se tinham combinado



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

duas situações infelizes, por um lado uma baixa prolongada de um médico de família e por outro lado a falta de meios com que se debate a saúde em Portugal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Pedro Ferreira e concedeu a palavra à Senhora Deputada Maria Manuel que sugeriu a criação de um grupo a partir dos cidadãos presentes na Assembleia Municipal, a ser extensível a toda a população, tendo em consideração que estavam ali representadas várias sensibilidades da comunidade.

Interveio novamente o Senhor Deputado Municipal Pedro Ferreira para afirmar que não via razão para que não fosse criada a Comissão de Utentes, sentindo-se em pleno direito para formá-la e opinou que a pressão seria mais eficaz, se forem consideradas como iniciativas do seio da sociedade civil, geradas fora do âmbito dos eleitos por partidos para uma Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado Municipal Sérgio Delgado pediu a palavra e explicou que o documento tinha sido feito, para ser assinado pelos Senhores Deputados Municipais; que ao apresentá-lo quis que não tomasse um carácter geral, para não se substituir às acções que possam vir a ser tomadas por uma Comissão de Utentes, que também poderão querer lançar um abaixo assinado. Mais disse que não se opunha à alteração do texto, se fosse esse o entendimento do Senhor Presidente da Assembleia e com o consentimento da mesma, dando assim, oportunidade à Câmara Municipal e a todos os presentes de assinarem o abaixo assinado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o documento apresentado pelo Senhor Deputado Sérgio Delgado estava subscrito por todos os Senhores Deputados Municipais e, que os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia tinham ali um papel importantíssimo, contribuindo na divulgação do abaixo assinado nas freguesias.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que o documento que tinha sido subscrito pelos Senhores Deputados, continuava a ser considerado como Moção, para ser aprovado ali em Assembleia. E, informou que tinha chegado à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta apresentada pela Bancada do Partido Socialista, para a criação da Comissão de Saúde que passou a ler:

PROPOSTA



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Considerando que a saúde é um bem inalienável de primordial importância na vida dos Municípios, propõe-se a criação de uma Comissão de Saúde no âmbito da Assembleia Municipal de Vidigueira com um representante de cada partido com assento na Assembleia, tendo entre outras as seguintes funções:

- 1 – Pugnar pela existência de um serviço de saúde de qualidade no concelho de Vidigueira;
- 2 – Apresentar sugestões com vista à melhoria continuada dos serviços existentes;
- 3 – Reunir com os Serviços de Saúde do concelho pelo menos 1 vez por ano ou sempre que se justifique;
- 4 – Identificar possíveis aspectos a melhorar na assistência prestada e actuar como elo de ligação entre os Municípios e os Serviços de Saúde do concelho.

Vidigueira, 23 de Fevereiro de 2007

Terminada a leitura do documento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou duas sugestões à Assembleia. A primeira tinha a ver com a Moção, subscrita por todos os Senhores Deputados Municipais, que passasse a abaixo assinado, para ser subscrito pela população do concelho de Vidigueira. A segunda sugestão tinha a ver com a criação de uma Comissão de Utentes relacionada com a saúde, sem que fosse necessário colocá-la à consideração dos Senhores Deputados.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal António Graça e propôs que a Comissão não fosse muito grande, sugerindo para sua composição, os quatro Presidentes de Junta de Freguesia, auxiliados por três elementos da Assembleia, um de cada bancada política e que a Comissão começasse logo a trabalhar. Sublinhou que a criação da Comissão de Utentes, não invalida a proposta da bancada do Partido Socialista.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que tanto os Serviços da Assembleia como da Câmara Municipal (se o Senhor Presidente assim o entendesse) estariam disponíveis para dar todo o apoio à Comissão de Utentes, de forma a garantir que aquela tenha alguma operacionalidade. Considerou que a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal António Graça tinha alguma lógica e, convidou os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e um Deputado Municipal de cada bancada política a acertarem os pormenores, no final da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interveio o Senhor Deputado Municipal Sérgio Delgado que colocou duas sugestões. A primeira que o abaixo assinado que recolheu as assinaturas dos Senhores Deputados Municipais pudesse ficar como um documento simbólico e, que o mesmo fosse passado em folha timbrada da Assembleia Municipal. A segunda sugestão tinha a ver com a aprovação em reunião de Câmara do abaixo assinado, com o mesmo texto (Moção) e assinado por todo o executivo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que gostaria que a Câmara Municipal e os Senhores Vereadores se fizessem representar na Comissão de Utentes.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os documentos **“Moção – Abaixo-Assinado”** e **“Proposta para a criação de uma Comissão de Saúde”**, à consideração, votando e, os mesmos foram aprovados, por unanimidade.

Solicitou que até à próxima segunda-feira, fosse indicado pelas bancadas da CDU, PS e PSD, os nomes, para que a Comissão de Saúde possa tomar posse, tendo em conta o que tinha sido aprovado em Assembleia, mais disse que a Mesa da Assembleia irá fazer parte da Comissão.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Não havendo mais assuntos a tratar no período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período, para dar entrada no período da ordem do dia, com a actividade municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Graça que questionou a Câmara quanto à situação da Escola Profissional Fialho de Almeida, tendo em conta que tinha sido criada a Sociedade Aquiles Estação como entidade fiscalizadora e detentora da Escola Profissional com capital partilhado entre as Câmaras da Vidigueira e de Cuba. Também questionou sobre os valores dos vencimentos e a eleição dos cargos de directores, apontando que existem pessoas que estão a ocupar cargos, sem habilitações legais para o efeito, contudo não estava a chamar incompetentes, frisou.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Interveio o Senhor Deputado Municipal Paulo Coelho que questionou a Câmara sobre o desaparecimento do muro que rodeava o Museu Municipal.

Quis saber quantos estágios profissionais estão a decorrer, qual o número de participantes e, se a Câmara se tinha candidatado a mais estágios, propondo que esses fossem preenchidos essencialmente por jovens do concelho de Vidigueira.

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Manuel que quis saber do motivo da reunião, com o Senhor Director-Regional de Educação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou que o desaparecimento do muro, estava contemplado no projecto; que relativamente aos estágios, a Lei tinha mudado; que tinham sido atribuídos cinco estágios profissionais à Câmara Municipal de Vidigueira; que a Lei obriga que sejam abertos concursos a nível nacional, daí um grande número já de candidatos inscritos na Câmara Municipal de Vidigueira; que a prioridade será dada aos jovens do concelho de Vidigueira.

Referindo-se à reunião com o Senhor Director Regional de Educação, o Senhor Presidente da Câmara, informou que a grande preocupação é a construção da nova Escola, pois que é um velha aspiração e que o concelho de Vidigueira reclama há muito tempo. Mais disse que o Senhor Director Regional de Educação tinha disponibilizado os serviços técnicos da própria Direcção, para fazerem o levantamento e eventualmente avançar-se com o projecto, para uma futura candidatura. Referiu que há um documento da Direcção Regional que indica que as Escolas de Marmelar e Selmes irão fechar, o que não faz sentido a Escola de Selmes encerrar após ter sido inaugurada com remodelação em Outubro e ser encerrada em Junho. Perante a posição tomada em relação àquela intenção, disse que já tinha chegado à Câmara, a informação de que atendendo ao sucesso que os alunos têm a nível escolar em Selmes, a Escola manter-se-á aberta durante o próximo ano lectivo. O mesmo já não poderá dizer em relação à Escola de Marmelar, pois o seu encerramento parece-lhe inevitável, desconhecendo-se para que escola serão transferidos os alunos.

Respondendo à questão da Escola Profissional, o Senhor Presidente da Câmara informou que aquela Escola é uma actividade do Centro de Estudos Aquiles Estação e, que este Centro assenta numa ilegalidade completa.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Interveio o Senhor Deputado Municipal António Graça solicitando que lhe fosse esclarecida a ilegalidade. Segundo sua opinião a Sociedade Aquiles Estação está a ser gerida só pela Câmara Municipal de Cuba, o que não está correcto, sendo a Câmara Municipal de Vidigueira, detentora dos outros 50% do capital e, quando forem pedidas responsabilidades, a Câmara da Vidigueira terá que responder, o que o deixa bastante preocupado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Carlos Goes que questionou a situação da candidatura ao programa operacional do ambiente dos sistemas intermunicipais de abastecimento de água e de saneamento, candidatados pelas diversas Associações de Municípios do Alentejo.

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António que em relação à Escola Profissional disse que se o Centro de Estudos Aquiles Estação é uma ilegalidade, questionou a Câmara se não há forma dos donos que são as duas Câmaras Municipais (Vidigueira e Cuba) terminarem com o Centro, para não estarem a alimentar a ilegalidade.

Quanto ao muro do Museu Municipal disse que o mesmo embelezava a parte lateral do edifício, concordando apenas com o derrube frontal ao edifício.

Em relação aos prédios que a Câmara tinha comprado na Rua Longa (Ciclo Operário, do Sr. Rosa Pires e Clube Futebol Vasco da Gama), perguntou se já havia projectos para aquela zona e se a Câmara tinha chegado a acordo com o Senhor José Manuel Baltazar para adquirir a loja de fotografia. Referiu um outro prédio na Rua 5 de Outubro, propriedade da família Pulido e perguntou se a Câmara já tinha feito negócio, para adquirir aquele imóvel.

Quanto ao prédio do Senhor Dr. Jorge, que tinha sido derrubada a parte da frente, pois colocava em perigo os transeuntes, perguntou como é que a Câmara estava a gerir aquele projecto.

Relativamente ao estacionamento criado na Rua dos Mercadores, em Vidigueira apontou que um deles fica muito apertado, pois quem circula ali de carro, terá que subir o passeio.

Terminou a sua intervenção com uma chamada de atenção à Câmara, para os estabelecimentos de fotografia e velharias no Largo da Cascata, em Vidigueira que ocupam o passeio e a rua com os seus produtos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse não compreender como é que o Senhor Deputado Municipal José António que



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

demonstrou tanta nostalgia por ter caído o muro que envolvia o Museu Municipal, queria acabar com a Escola Profissional. Pois acabar com o Centro de Estudos, que é a figura jurídica da Escola Profissional, era terminar com esta.

Referiu que aparentemente, a imagem que tinha da Escola era de sucesso. Mas, com o passar do tempo e através da análise de documentos para resolução de alguns problemas, verificou-se que o Centro de Estudos Aquiles Estação é composto por uma gerência, que são os Senhores Professores Maria Balbina dos Santos Matos, Maria José Medinas Fresco e Manuel António do Rosário, nomeados durante uma reunião realizada no dia 17/01/2005 e empossados pelos Senhores Presidentes das Câmaras de Cuba e Vidigueira da altura, contrariando a Lei, porque a mesma diz que a competência da nomeação de gerentes das empresas municipais é do Órgão Câmara Municipal. Referiu que naquela acta, que é nula, há um parágrafo que refere “desde já se delibera que a relevância da presente acta produzirá efeitos retroactivos à data de 5/02/2002”, afirmando tratar-se de outra ilegalidade. Mais disse que o Senhor Presidente da Câmara de Cuba desconhecia toda aquela situação, mas o que era certo é consta nessa acta a sua assinatura. E que aquela acta tinha surgido aquando de um contencioso entre a Escola e uma Senhora Professora, que presentes em Tribunal, o advogado da mesma questionou a Senhor Dr.^a Juíza sobre a competência daqueles Senhores representarem a empresa Aquiles Estação, se não havia nenhum documento, que provasse que eles desempenhavam os cargos de gerência. Falou na situação fiscal da empresa, e informou que a Escola não tinha entregue as declarações de IRC de 2004 e 2005, que as mesmas tinham sido entregues à pressa, em Fevereiro de 2007, após as ter pedido. Informou que tinha solicitado explicações, de todos aqueles factos, durante a reunião com a Câmara de Cuba e com a Direcção da Escola Profissional Fialho de Almeida. Questionou a competência do Técnico de Contas, para a realização do seu trabalho. Opinou que deveria ter sido dado conhecimento, às duas Câmaras Municipais, da sua incapacidade técnica de fornecer aqueles dados às Finanças, e assim, seria contratado um serviço externo especializado, que faria com que pelo menos em termos fiscais aquela empresa tivesse dentro da legalidade. Mais disse que, quando questionou da validade daquelas declarações de IRC, foi-lhe dito pelo Técnico de Contas, que achava que estava tudo bem. Mas, segundo o Senhor Presidente da Câmara aqueles documentos só passam a ter validade, depois de serem aprovados em Assembleia Geral, e ter sido feito um Relatório de Gestão, o que não aconteceu. Em termos formais e perante as Finanças, a responsabilidade cairá sobre o Técnico de Contas, mas também estender-se-à aos proprietários do próprio Centro de Estudos Aquiles Estação (Câmaras Municipais de Cuba e Vidigueira). Mais acrescentou o Senhor Presidente da Câmara, que



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

subscrive totalmente o que foi dito pelo Senhor Presidente Francisco Orelha, ...”sem ser visto nem achado tenho um problema de incumprimento fiscal, com o qual não tenho nada a ver e que é sustentado por uma acta, que é ilegal, que nomeia uma gerência, que achou que não era prioritário cumprir com as obrigações fiscais..”. Informou que o vencimento dos gerentes, tinha sido fixado, por eles próprios. Os Senhores Professores, Balbina Matos ganha 2.969 Euros, Maria José Fresco 2.955 Euros e Samuel Patrocino 2561 Euros. Questionou como era possível, que os gerentes do Centro de Estudos fossem as mesmas pessoas da Direcção Pedagógica e como é que uma pessoa se consegue fiscalizar a si mesma. Mais disse que naquela reunião com a Câmara de Cuba e com a Direcção da Escola Profissional, tinha informado que em próxima reunião de Câmara, iria ser apresentado, o nome para ser o novo gerente, representando 50% do capital detido pela Câmara Municipal de Vidigueira. E que também irá ser solicitado à Câmara de Cuba, via fax, uma marcação urgente de uma Assembleia Geral de forma a que seja nomeada uma nova gerência, para que posteriormente, essa nova gerência tenha o cuidado de fiscalizar, para se saber qual é a profundidade do problema, existente nas Escolas. Mais disse que aquela imagem que tinha de uma Escola de sucesso, naquele momento as reticências eram muitas e expressou a sua preocupação com o que se irá encontrar.

Em relação aos prédios adquiridos na Rua Longa em Vidigueira, informou que o antigo Clube será o novo Centro de Dia de Vidigueira e o Refeitório Municipal; que o Ciclo Operário e a casa do Senhor Rosa Pires, será a Biblioteca e o Centro Jovem; que se tinha chegado à acordo com o proprietário da loja de fotografias, através de uma indemnização de 10 mil Euros, quando aquele pedia 55 mil Euros. Face ao problema levantado pela Comissão de Coordenação da Região Alentejo, quanto ao alargamento do perímetro urbano, o Senhor Presidente da Câmara referiu que existem grandes espaços dentro da malha urbana do qual faz todo o sentido serem consolidados. Nesse sentido a Câmara fez uma primeira abordagem à Família Pulido, quanto à casa na Travessa do Beco. Disse que a primeira verba pedida rondava os 500 mil Euros e que os números que estão em cima da mesa são sensivelmente 225 e os 250 mil Euros. Quanto ao prédio do Dr.º Jorge, explicou que a intervenção ali feita, deveu-se ao facto, do prédio apresentar sinais de degradação, com risco para as pessoas que ali passavam. Depois da intervenção, foram notificados os proprietários, para que num determinado prazo procedessem à reparação do prédio ou à sua demolição. Informou que é intenção do filho do Dr. Jorge proceder à demolição ou à alienação do prédio.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Quanto ao estacionamento na Rua dos Mercadores, em Vidigueira, o Senhor Presidente da Câmara disse subscrever as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Municipal José António e que naquele espaço seriam aplicadas as zebras amarelas.

Quanto à ocupação da via pública, disse não ter conhecimento de existir alguma autorização especial para aquela ocupação e que os serviços de fiscalização da Câmara, iriam proceder de acordo com a Lei.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal João Carlos disse que a AMCAL em conjunto com outras Associações de Municípios apresentou em 2001, um projecto que visava o tratamento ou a modernização da Estação de Tratamento de Águas e de Resíduos, e que só passados quatro anos foi enviado pelo Governo para Bruxelas. Após o projecto ter chegado a Lisboa, o Ministro de então, chamou os representantes das Associações de Municípios e disse que os projectos (que eram quatro em separado) para serem aprovados em Lisboa, teriam que ser consolidados e que 50% daqueles investimentos deveriam ser cortados, o que levou o executivo da altura ter que prescindir de algumas infraestruturas, que eram importantes para o seu concelho. Referiu que o projecto foi enviado para Bruxelas e que as informações que dispõe naquele momento, é que houve indicações precisas do Governo Português, para que aquele projecto não fosse aprovado, porque há todo o interesse que seja a empresa “Águas de Portugal” a fazer a gestão naquela matéria. Se bem que a empresa “Águas de Portugal”, se mostre disponível, para fazer alguns investimentos em termos de modernização deste sistema, naturalmente que no futuro irá cobrar e o preço irá reflectir-se nas populações. Face ao novo quadro comunitário, o Senhor Presidente da Câmara disse não saber qual será a posição do Governo, mas que as Associações de Municípios continuam a manifestar vontade de avançar com um projecto próprio, sem se aliarem às “Águas de Portugal”. Concluiu que se poderá perder o próximo quadro comunitário, se o Governo Português continuar com a mesma posição de não se aprovar aquele tipo de projectos.

Interveio o Senhor Deputado Municipal António Graça que agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara, as explicações sobre a Escola Profissional Fialho de Almeida e defendeu que os índices de sucesso não se medem pelo número de cursos nem de alunos que concluem o ensino profissional; que os índices de sucesso de uma escola profissional, prendem-se também pelos níveis de empregabilidade, quantidade de parcerias estruturais que aquela entidade empreende com as entidades privadas do concelho e da região.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal José António e afirmou que, nunca quis acabar com a Escola Profissional Fialho de Almeida; que pretendia que o Centro de Estudos Aquiles Estação fosse rectificado, porque funciona sobre uma ilegalidade, e é ele que orienta a Escola Profissional; que uma vez que os patrões são as Câmaras, pois detêm 50%, do capital, não devem sustentar uma ilegalidade; que os Senhores Presidentes das Câmaras de Cuba e Vidigueira, deveriam chegar a um consenso para tentarem assim resolver as ilegalidades lá existentes.

Em relação ao projecto para o Clube e Ciclo Operário, onde será instalada a futura biblioteca, o Senhor Deputado Municipal José António apontou uma deliberação numa das actas da reunião de Câmara, onde a Comissão de Coordenação Região Alentejo, questiona a Câmara sobre o projecto da Biblioteca e a Câmara delibera informar que era sua intenção, proceder à construção (antigo projecto) da Biblioteca. Referiu que o assunto da Biblioteca, durante 4 anos nas Assembleias Municipais, foi sempre debatido pela Bancada da CDU, mas mudou o executivo, mudou a Biblioteca e deixou-se de falar nela

Finalizou a sua intervenção, questionando a Câmara sobre a adesão ao Cartão Jovem e se já havia pedidos de crédito à habitação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Carlos que na sequência da intervenção do Senhor Deputado Municipal José António, afirmou que no caso da Biblioteca há questões a esclarecer e há uma pequena diferença e explicou que quando o Partido Socialista deixou cair a questão da Biblioteca, a comparticipação do projecto já estava assegurada em 50%, pelo Ministério da Cultura. E, presentemente a Câmara não poderá avançar com o projecto, sem ter financiamento. Referiu que há quatro anos atrás, falou-se sistematicamente, que o projecto global era a questão da Biblioteca, do Jardim Público, pelo que, a bancada da CDU sugeriu, que fosse desanexado o projecto do Jardim Público da Biblioteca. E, nunca se teria perdido o dinheiro que se perdeu, afirmou.

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António e disse que o projecto estava aprovado em 50%; que se tinha perdido 100 mil contos; que o valor do projecto rondava os 600 mil contos e que não sabia se se perdeu 100 mil contos ou se se ganhou 300 mil contos.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal João Carlos e disse que a sugestão da bancada da CDU na altura, era desanexar os dois projectos, que o projecto da biblioteca rondava os 200mil contos, participado a 50% e nunca era um projecto na ronda dos 600 mil contos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções e concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou pela parte subjectiva da conversa dizendo que se achava bonito o museu não ter muro, naturalmente o seu antecessor achou bonito ter à frente da bancada do Pavilhão uns pilares e que ninguém tinha discutido tal questão

Quanto à Escola Profissional Fialho de Almeida, informou que há trinta dias que foram detectadas irregularidades, e que está a ser solicitado à Câmara de Cuba, uma Assembleia para resolver o assunto. Uma situação que se arrastou desde 2002 até 2005 e que alguém andou distraído sem se preocupar com a Escola Profissional.

Quanto à questão levantada pela Comissão Coordenação Região Alentejo, o Senhor Presidente da Câmara explicou que, por proposta dos Senhores Vereadores Teles e João Covas não se responderia de imediato à Comissão de Coordenação, dando por concluído esse assunto da Biblioteca. Disse que não conseguia construir uma Biblioteca, com base nas exigências do Instituto Português do Livro e Bibliotecas, porque prevê a criação de um quadro de pessoal de dez funcionários, quando o governo diz que não se pode admitir mais funcionários. Perguntou à bancada do PS se tinham uma solução para àquela situação, se teriam capacidade de intervenção junto do Governo para que as Leis fossem alteradas. E, se lhe for indicado o caminho para a resolução da questão, o Senhor Presidente da Câmara disse que era com a maior das satisfações que faria aquela Biblioteca, com todas as exigências do Instituto Português do Livro e Bibliotecas, com autorização para admitir mais pessoas, para não ter o equipamento fechado, como sucede em grande parte do País.

Mais acrescentou o Senhor Presidente da Câmara que face àquela contingência, foi uma medida de bom senso, porque se recupera a Rua Longa, que estava a degradar-se, e que é uma zona importante para a Vidigueira, a implantação de uma Biblioteca à dimensão da população do concelho da Vidigueira, não sujeita às exigências do IPLB, mas com a qualidade que a população merece. Opinou que não havia necessidade de se construir projectos megalómanos, porque depois por imposição da Lei, não se poderão abrir.

Quanto ao cartão jovem, informou que há várias solicitações, com base no crédito à habitação, mas que há alguns acertos a fazer no Regulamento, que na Assembleia Municipal de Abril virá à aprovação, as alterações ao Regulamento para se poder implementar o processo do cartão jovem.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Interveio o Senhor Deputado Municipal José António, que referindo-se, novamente à questão da Biblioteca disse que estava mais uma vez em desacordo com o Senhor Presidente da Câmara, porque o projecto megalómano já vinha de trás. E, se calhar nunca foi de grande interesse do executivo Socialista, construir uma coisa que praticamente era irrealizável, porque o IPLB já nessa altura, tinha as mesmas regras. Mais disse que não será a Bancada do PS a arranjar soluções, para a construção da Biblioteca. Em relação à implantação da Biblioteca no Centro de Vidigueira, disse concordar absolutamente e não com aqueles grandes projectos, porque não há condições para tal. Em relação à beleza das coisas, disse que não está a compará-las, que está a falar de coisas concretas, sabendo-se a razão, porque é que os pilares do Pavilhão, ficaram à frente das bancadas, que tinha sido para não se perder outros 200 mil contos.

Em relação aos subsídios atribuídos às diversas Associações, questionou a ausência da Vitifrades na relação dos subsidiados, que não tinham sido contemplados com um subsídio, mas que a Câmara tinha procedido ao pagamento das tendas e de tudo mais.

Perguntou se a carrinha já tinha sido entregue ao Clube Vasco da Gama. Referindo-se ao Regulamento da cedência de viaturas, que tinha sido aprovado em minuta, disse que continuava a ver motoristas em carrinhas, que não são funcionários da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse lamentar o facto do projecto da Biblioteca não ter seguido em frente, apesar de saber que os municípios têm dificuldades financeiras, porque têm mais responsabilidades e menos dinheiro. Mas que era um projecto que a CDU tinha deixado para que os executivos em altura própria o realizarem e, contudo o PS não o fez. Mas que infelizmente o Poder Central não participou o projecto e as pessoas que vieram a seguir não tiveram condições para o agarrar.

Interveio o Senhor Deputado João Carlos, que contextualizou as situações ali apontadas, referindo que a época de 1998 a 2001, tinha sido o período de ouro da Vidigueira, dado que se recebeu tanto dinheiro como as cidades de Évora, Portalegre e mais dinheiro que Beja e que nunca mais haverá outra oportunidade igual. Disse que os projectos fazem-se em função do dinheiro que existe, falou nos arruamentos e na rede de águas de Vila de Frades, Vidigueira e Pedrógão do Alentejo, que tinham custado milhões de contos, e que nesse contexto era para ser feito uma envolvente com o Jardim, um Auditório e uma Biblioteca, que a grosso modo seria 200 mil contos cada projecto. Em 2001 havia 100 mil contos assegurados pelo Ministério da Cultura, para a construção do projecto



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Biblioteca. Mais disse que aquele projecto poderia ser megalómano na altura mas que era dentro daquele contexto e haviam 100 mil contos disponíveis. Segundo a sua opinião, realçou outro aspecto que tinha a ver com uma biblioteca como depositário de livros, que considera ser um assunto morto, sem qualquer futuro, se não for integrado num espaço com auditório e com um grande jardim e que na altura fazia sentido e não era nada megalómano.

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal António Graça e referiu que nenhum projecto será megalómano para a Vidigueira e que as pessoas têm direito a desejar, com aquilo que sonham e ambicionam. E, referiu que era em grande número as pessoas que vinham de fora do concelho à Piscina Municipal.

Interveio o Senhor Deputado José António e afirmou que ainda não tinha visto nenhuma enchente de gente na Piscina Municipal. Que aquela era mais frequentada quando não havia as Piscinas em Portel, Cuba e Beja. Mais disse que não considerava que aquele projecto tivesse sido megalómano.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que quanto ao assunto da Biblioteca disse que tinha sido bandeira eleitoral da força política do PS, pelo que ficou surpreendido com o Senhor Deputado José António que não subscreveu o programa eleitoral do seu partido. Quanto aos subsídios informou que a Associação Mirante não tem actividade, não entregou o plano de actividades, pelo que não foi contemplada com o respectivo subsídio. Quanto à carrinha do Vasco da Gama disse que para uma aquisição de viatura há uma série de procedimentos legais a que a Câmara está obrigada e que estão a decorrer. Mais disse que a carrinha que a Câmara irá adquirir, poderá não ser entregue ao Clube, que poderá ser uma da actual frota.

Relativamente à Vitifrades, disse que não havia subsídios para àquela Associação, porque a Câmara entendeu que deveria dotar o concelho de vários festivais temáticos nas freguesias. Pedrógão tem o Festival do Rio, Selmes o de Caça, Vidigueira tem A Pão e Laranjas que é uma organização da própria Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, naturalmente que não fazia sentido ir criar um festival temático em Vila de Frades, porque já existia uma Associação que tem vindo a desenvolver o evento. Referiu a existência de uma pareceria, na qual a Câmara suporta parte dos custos da realização desse evento. Disse ser mais vantajoso para a Câmara negociar e abrir um concurso para os fornecedores de tendas se os montantes envolvidos forem de 4 festivais temáticos em vez de 1



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazendo baixar os preços. Explicou que nada é dado por trás e que está tudo claro em relação à Vitifrades, bastava consultar a rubrica de divulgação e da promoção do concelho onde estão reflectidos lá esses valores. Concluiu que com a parceria a Associação VitiFrades fica mais beneficiada, do que se recebesse o subsídio habitual.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, passou-se ao ponto n.º.2 da Ordem de Trabalhos.

PONTO 2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ADESÃO À DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO BAAL 21.

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou por, maioria, com doze votos a favor (11-CDU e 1 - PSD) e seis abstenções (PS) aprovar a adesão à Declaração de Princípios do Movimento BAAL 21.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Ferreira, para que apresentasse a sua declaração de voto, a qual fica anexa a esta acta e que dela faz parte integrante.

DECLARAÇÃO DE VOTO

“A bancada do Partido Socialista reunida em Assembleia Municipal a 23 de Fevereiro de 2007, decidiu abster-se na votação da adesão do município de Vidigueira à declaração de princípios do movimento BAAL 21, por considerar tal adesão redundante, uma vez que o município se encontra representado pela AMBAAL.

Mais considera que a existência de tal movimento apenas serve para apoiar as iniciativas levadas a cabo pelo governo, uma vez que os principais itens constantes desta declaração foram alvo de um recente anúncio publico feito pelo primeiro ministro.

A antecipação em 10 anos do prazo de conclusão do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva, a conclusão das obras do aeroporto de Beja e a construção e novos eixos rodoviários foram anunciados pelo Governo e estão em vias de concretização, pelo que apesar de considerarmos louváveis todas as iniciativas em prol do desenvolvimento regional esta se nos afigura esvaziada de conteúdo”.

Vidigueira, 23 de Fevereiro de 2007

A Bancada do Partido Socialista



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

INFORMAÇÃO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou das datas e locais, das próximas Sessões da Assembleia Municipal :

20 de Abril - Junta de Freguesia de Vidigueira;

25 de Abril - Salão Nobre dos Paços do Concelho;

22 de Junho - Junta de Freguesia de Pedrógão do Alentejo;

28 de Setembro - Junta de Freguesia de Vila de Frades

14 de Dezembro ou 28 de Dezembro - Salão Nobre .

Mais informou que existe vontade da Assembleia Municipal conjuntamente com a Câmara comemorar os 30 anos de Poder Local, envolvendo todos os Eleitos Locais desde 1976.

PONTO 3 - APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do ponto 5, do artº. 34 do Regimento da Assembleia Municipal, colocou à votação as minutas das deliberações tomadas nesta Sessão.

Não havendo objecções, a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovou as deliberações em minuta, para que estas pudessem produzir efeito.

INTERVENÇÃO AO PÚBLICO.

Encerrada a ordem de trabalhos e, havendo público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Senhores Municípes.

Interveio o Senhor Jacinto Roberto que perguntou que qualidade de laranjas, estão a ser plantadas junto ao Museu Municipal de Vidigueira.

O Senhor Vereador Teles respondeu que não sabia qual é a variedade, mas que as laranjas são comestíveis.

ENCERRAMENTO.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e trinta minutos, da qual se lavrou esta acta, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

E eu, Rita da Glória Folharascas do Alpendre Marques, Assistente Administrativa Especialista, para o efeito designada, a redigi e subscrevo.